


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0006484-31.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Edson Luiz Pinto**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

CONCLUSÃO

Em 30 de outubro de 2013, faço conclusos estes autos a MM.
 Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dra. **GABRIELA MÜLLER**
CARIOBA ATTANASIO. Eu, Marta Regina Pereira, Assistente Judiciário, digitei.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Trata-se de ação ordinária proposta por **EDSON LUIZ PINTO**, contra a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, sob a alegação de que, desde 15/01/1990, é funcionário público do Estado de São Paulo, sendo que este último não fez a primeira conversão determinada pela Lei Federal n. 8.880/94 em 01.03.1994 e esse fato criou uma distorção. Aduziu que não ocorreu a prescrição do fundo de direito; que houve a violação ao princípio da irredutibilidade dos vencimentos lhe acarretando danos, haja vista que o Estado, ao converter incorretamente as tabelas de vencimentos de seus servidores, gerou prejuízos em seus vencimentos/proventos, apurando-se a defasagem de 22,56%, percentual que deve ser reposto ao seu salário. Requereu fossem reconhecidos os reflexos do erro da conversão nas gratificações por tempo de serviço. Ao final, requereu que se reconhecesse e declarasse o direito ao recálculo dos vencimentos, aplicando-se a seu salário-base a diferença de 22,56%, decorrentes da conversão dos salários em URV, apostilando-se o respectivo título, assim como a condenação da ré no pagamento das diferenças de vencimentos, decorrentes da correta conversão da moeda pleiteada, respeitada a prescrição quinquenal, inclusive em virtude da repercussão em aumentos posteriores, porque feitos sobre base diminuída, com correção monetária a partir da data em que cada parcela deveria ter sido creditada, sem qualquer compensação, e acrescidas dos juros de mora legais. Requereu, também, que fosse declarado o crédito de natureza alimentar, em conformidade com o

0006484-31.2013.8.26.0566 - lauda 1


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

artigo 57, § 3º, da Constituição Estadual.

A FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO apresentou contestação (fls. 53/95), discorrendo sobre antecedentes históricos do plano real, e seu processo de implantação. Alegou, preliminarmente, falta de interesse de agir, devido ao fato de o autor não ter comprovado o ingresso no serviço público antes de março de 1994, inserindo-se na Administração Pública e recebendo salários segundo as regras da URV e, ainda que assim não fosse, a URV deixou de existir em julho de 1994 e, a partir daí, toda a base monetária brasileira foi trocada. Logo, no caso em foco, não haveria que se falar em violação ao princípio da irredutibilidade de salário, já que o autor não recebia vencimentos antes de ingressar no serviço público. Aduziu, também, a prescrição do fundo de direito. No mérito, sustenta que compete ao autor comprovar que houve um dano efetivo, no caso inexistente e que o Estado cumpriu a Lei 8.880/94, tendo aplicado um critério que garantiu que o salário de julho de 1994 não seria menor que o salário de fevereiro de 1994. Alegou, ainda, que os vencimentos do autor, já expressos em real, mantiveram-se em patamar até superior ao que dispunham as regras do Plano Real, argumentando que o possível reconhecimento do direito às diferenças pleiteadas equivaleria à concessão de aumento salarial, ou, na pior das hipóteses, significaria legitimar o enriquecimento sem causa do autor e que o E. Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional da compensação entre eventuais perdas decorrentes da aplicação diversa da Lei 8.880/94 com os aumentos posteriormente concedidos aos servidores públicos (RE 561836-Relator Ministro Eros Grau, ainda pendente de julgamento). Aduziu, também, que não houve o prejuízo alegado e que há inconstitucionalidade na pretensão de nova conversão para a URV, pois haveria afronta ao princípio da segurança jurídica, vez que a implantação do Plano Real representou verdadeira revolução socioeconômica no Brasil, trazendo entre outros benefícios a maior segurança jurídica. Requereu o acolhimento da preliminar, extinguindo-se o feito e, caso não fosse este o entendimento do Juízo, que fosse julgado improcedente o pedido do autor. Na hipótese de ficar vencida, requereu a aplicação da Lei 11.960/2009, no tocante à atualização monetária e incidência de juros.

É o relatório
D E C I D O.

Deixo de acolher a preliminar de falta de interesse de agir, pois os documentos de fls. 41 comprovam que o autor recebeu salário em 8/11/1993, portanto, iniciou no Estado em data anterior a março de 1994.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

No mais, revejo entendimento anteriormente adotado por este Juízo, para o fim de reconhecer a prescrição do exercício da pretensão exordial.

Trata-se de demanda ajuizada por servidor público estadual, visando a que lhe seja assegurado o recálculo dos proventos desde março de 1994, a partir da utilização da metodologia de conversão em URV estabelecida pelo artigo 18, da Lei nº 8.880/1994, com consequente condenação ao pagamento das diferenças estabelecidas pelo confronto entre os valores dos salários efetivamente pagos e o montante obtido com a imposição da referida sistemática.

O Colendo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1797/PE, Relator Ministro Ilmar Galvão, julgada pelo Tribunal Pleno, em 21 de setembro de 2000, decisão publicada no DJ de 13 de outubro de 2000, p. 0009, afastou a aplicação desse artigo e determinou a conversão tomando-se como divisor a URV do dia do efetivo pagamento, nos termos do artigo 18, da referida lei, o que ensejaria a “diferença” ora pleiteada.

Os limites temporais descritos na referida decisão foram afastados no julgamento da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2323/DF, Relator Ministro Ilmar Galvão, julgada pelo Tribunal Pleno em 25 de outubro de 2000, decisão publicada no DJ de 20 de abril de 2001, p. 00105.

Assim, de fato, já decorreu período suficiente entre a matriz da ilegalidade apontada (1994) e a data do ajuizamento da ação (2013), de forma a configurar a prescrição quinquenal regulamentada pelo artigo 1º, do Decreto nº 20.910/32.

Note-se que, ainda que se considere como termo inicial para a contagem do prazo prescricional a data da publicação dos julgamentos proferidos pelo Colendo Supremo Tribunal Federal, pelos quais foi reconhecida a inconstitucionalidade da aplicação do artigo 21, da Lei nº 8.880/1994, tem-se como decorridos mais de cinco anos até a propositura da demanda, de forma a configurar a prescrição.

Vale ressaltar não se tratar, aqui, de relação de caráter sucessivo, como anteriormente se entendia, pois não houve repetição do ilícito, mês a mês. A ilegalidade da ausência de aplicação do artigo 22, da Lei nº 8.880/94, exauriu-se num único fato. Apenas os reflexos de tal omissão são suportados pela parte autora mensalmente, o que não permite reconhecer a imprescritibilidade do fato supostamente ilícito que motivou toda discussão.

Assim, não há que se falar em prescrição apenas das parcelas vencidas


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

há mais de cinco anos, como no caso do não pagamento de determinada verba, pois, conforme expressão consagrada na doutrina e jurisprudência, operou-se a prescrição do fundo de direito, não sendo o caso de se aplicar, à hipótese dos autos, a Súmula 85, do STJ.

Nesta linha:

"SERVIDOR PÚBLICO. Vencimentos. Correção monetária. Índices. URV. Lei Federal n.º 8.880/94. Prescrição do fundo de direito. Extinção do feito, nos termos do art. 269, IV, do CPC. A Lei Federal n.º 8.880/94, definidora dos critérios da aplicação da URV adveio no ano de 1.994, dezessete anos passados até a data do ajuizamento da ação e, assim, operou- e, inexoravelmente, a prescrição do fundo de direito. Resta, pois, evidente, se possível a sua incidência, indefinidamente, também cabível o recálculo de critérios anteriores sem imite temporal, v.g. a conversão do antigo real para cruzeiros, em 1942; o corte dos centavos, em 1964; a passagem para cruzeiros novos, em 1965; o regresso a cruzeiros, em 1970; a nova supressão de centavos, em 1984; a transformação em cruzados, em 1986; a passagem para cruzados novos, em 1989; o retorno aos cruzeiros, em 1990; em cruzeiros reais, em 1993." (TJSP, Apelação n.º 0015407-04.2011.8.26.0053, Rel. Des. Luis Ganzerla.

"SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. Reposição de diferença nos vencimentos em decorrência de sua conversão em URV. Alteração de posicionamento da Câmara, reconhecendo a prescrição do fundo de direito. Art. 1º, do Decreto nº 20.910/32 Recurso improvido." (TJSP, Apelação nº 0038700- 37.2010.8.26.0053, Rel. Des. FRANCISCO VICENTE ROSSI).

Assim decidiu, também, o eminente Desembargador Ricardo Dip, na Apelação Cível nº 0013975-81.2010.8.26.0053:

"Sempre votei, nos casos relativos à conversão monetária objeto da Lei nº 8.880/1994, na linha de que a prescrição quinquenal a considerar era apenas a incidente sobre as prestações sucessivas (art. 3º do Decreto nº 20.910, de 6-1-1932), e não sobre o fundo de direito (art. 1º). Todavia, melhor meditando sobre o tema, peço vênica para retificar meu entendimento. A aludida conversão emergiu em ato único, em 1994, e, a meu ver, esse ato tornou-se de efeitos concretos, a par de definir os critérios que, na sequência, repercutiram nas prestações remuneratórias continuadas. Faz já 17 anos que essas balizas se definiram. Se se rende ensejo a rediscutir os critérios pontuais do ato conversor, não haverá limite algum, em boa lógica, para que se rediscutam indicativos antecedentes. É caricatural, mas, coerentemente, seria então possível discutir sobre os critérios usados para calcular nossos reais convertidos em cruzeiros, no ano de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

1942, ou o corte de centavos, em 1964, a passagem a cruzeiros novos (1965), o regresso a cruzeiros (em 1970), a nova supressão de centavos (em 1984), a chegada dos cruzados (1986), que se mudaram em novos (1989), tornaram a ser cruzeiros (1990), fizeram-se cruzeiros reais (1993), até chegarem à versada conversão em reais (1994). De fato, se não houver prescrição do fundo de direito quanto à conversão dos cruzeiros em reais, por que haveríamos de reconhecer símile prescrição nas demais conversões? Já nos veríamos a discutir se as velhas patacas, na primeira metade do nosso século XX, foram bem convertidas em cruzeiros".

Há ainda, julgados recentes, cujas ementas se transcreve, nas quais os relatores esgotaram a matéria:

“Apelação nº 0001015-27.2010.8.26.0269, da Comarca de Itapetininga Relator FRANCISCO VICENTE ROSSI - SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL Reposição de diferença nos vencimentos em decorrência de sua conversão em URV Alteração de posicionamento da Câmara, reconhecendo a prescrição do fundo de direito Art. 1º, do Decreto nº 20.910/32 Recurso provido”.

“Apelação nº 0004576-28.2010.8.26.0053, da Comarca de São Paulo Relator REINALDO MILUZZI - SERVIDOR PÚBLICO. Reajustes determinados pela Lei Federal 8.880/94. Conversão dos vencimentos em URV. Ação julgada procedente. Entre a data do fato que gerou o direito e a distribuição da ação decorreu prazo bem superior a cinco anos, não constando ter havido qualquer interrupção desse prazo prescricional. Reconhecimento da ocorrência da prescrição. Art. 269, IV, do CPC Recurso provido”.

Por fim, destaco que as regras de prescrição são fundamentadas no princípio da segurança jurídica, que no presente caso, é representada pelo impacto decorrente da multiplicidade de demandas, com comprometimento do orçamento dos entes públicos.

Ante o exposto, *reconheço a prescrição* e DECLARO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no artigo 269, inciso IV, do CPC, condeno a autora ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, que fixo, por equidade, em R\$700,00 (setecentos reais), ficando suspensa a cobrança de tais verbas na forma prevista no artigo 12 da Lei 1.060/50, por se tratar de beneficiário da assistência judiciária gratuita.

P. R. I. C.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

São Carlos, 30 de outubro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**